

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ANGOLANA NA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PAÍS

António Domingos Candiengue¹
Ricardo Ossagô De Carvalho²

RESUMO

Angola é um país em via de desenvolvimento que orienta a sua política externa para a construção do poder hegemônico fundamentado na economia de mercado e no fluxo de suas estratégias para o alcance do desenvolvimento social do país nos seus mais variados aspectos do cotidiano social. Para tanto, o alcance do desenvolvimento e de uma economia estável é o principal objetivo do país com a sua política externa de cooperação com os demais estados do planeta. Entretanto, esta cooperação com os demais estados, visa satisfazer os interesses dos atores estatais, não governamentais e atores individuais. Tanto que as relações internacionais, são conduzidas nos interesses dos seus atores, e dentro de uma lógica de potências e de influência hegemônica pautada no poder econômico da economia política internacional, e a partir desta mover a economia mundial com os padrões mínimos de eficiência que influenciam, moldam e expandem a necessidade de firmar conexões e estabelecer redes de cooperação dentro dos estados cooperantes. E a soberania econômica de Angola é hoje conduzida a partir desta visão estratégica de influenciar o investidor a partir dos interesses negociais do Estado na cooperação internacional, e criar com isto, um estoque de sustentabilidade para o alcance do desenvolvimento social. Contudo, cabe ao Estado, a responsabilidade social, política e econômica, de orientar e traçar políticas economicamente satisfatórias e prudente que visam projetar e analisar os "inputs" e os "autputs" dos seus interesses hegemônicos, e com estes manter a posição internacional do seu poder político enquanto fluxo e estoque da economia mundial nos seus mais variados setores competitivos do mercado global.

Palavras-chave: Cooperação internacional; Poder econômico; Desenvolvimento social; Angola.

UNILAB, INSTITUTO DE HUMANIDADES, Discente, candienguepaz2015@gmail.com¹
UNILAB, INSTITUTO DE HUMANIDADES, Docente, ciencia politicahoje@unilab.edu.br²

INTRODUÇÃO

Angola é um país da África Austral com um poder econômico concentrado num espaço territorial de 1.246.700 km², e em franco crescimento a nível da zona econômica da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Este poder econômico conservado a partir da política externa angolana, chama atenção dos demais países e atores internacionais no jogo dos seus interesses e no rol das suas relações internacionais nos últimos anos.

Deste jogo de relações visa-se no entanto, promover as negociações ou acordos internacionais, e cooperações que resultem num plano de ação ao desenvolvimento global do território angolano em toda a sua esfera social e econômica, deixando à quem a crise econômica que o país enfrenta hoje face a queda do preço do barril de petróleo no mercado mundial. Pois, o crescimento social de todo e qualquer Estado, parte da dinâmica do poder político tido como o fluxo das reciprocidades entre os Estados no acúmulo de bens e serviços que geram lucros. Ou seja, a dinâmica da economia política internacional do Estado é direcionada para a perspectiva do poder global concentrado na economia de mercado, na negociação internacional ou acordos internacionais e no acúmulo de riquezas para o desenvolvimento de toda a sua conjuntura social.

Tanto que, Angola é um país em via de desenvolvimento social e econômico mas que nos últimos anos a sua luta no cotidiano é pelo desenvolvimento social e econômico do país, apresentando assim, uma política externa que lhe jogue ao acúmulo do capitalismo sustentado pelo fluxo do poder hegemônico da economia global, e pondo em ação os planos do fluxo político econômico dos seus atores estatais, atores não governamentais e dos seus atores individuais.

Portanto, a dinâmica da economia política internacional do Estado angolano é hoje direcionada para uma perspectiva do poder global concentrado na economia de mercado, na negociação internacional e no acúmulo de riquezas para o desenvolvimento social do Estado em toda a sua esfera social.

METODOLOGIA

O método para a coleta e análise de dados é de natureza qualitativa, pois, usa métodos múltiplos que são interativos e humanísticos. E “o ser humano, valendo-se de suas capacidades, procura conhecer o mundo que o rodeia” a partir da análise do social (GIL, 2010, p. 11). Aliás, “a sociedade é dotada de uma natureza própria, seu estudo deve ser a aplicação de métodos experimentais a fatos sociais” (Durkheim, 2012, p. 9).

Assim, neste trabalho fazemos um estudo interdisciplinar sobre o objeto de pesquisa, analisando social e politicamente a cooperação internacional angolana, o modo como se aplica e se defende a luta pelo desenvolvimento social do país. Deste modo, a metodologia a ser aplicada para a construção da pesquisa, quanto à sua natureza básica, consisti numa primeira instância na pesquisa exploratória, descritiva e documental, fazendo, no entanto, uma abordagem qualitativa e interdisciplinar sobre a cooperação internacional angolana na luta pelo desenvolvimento social do país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cooperação internacional angolana ao longo dos últimos anos tem sido dirigida para o desenvolvimento social do país, onde o acúmulo do capital e do poder econômico tem sido mantido e sustentado nos pactos das relações mútuas entre os estados cooperantes, na negociação internacional que o estado angolano mantém com os mais variados países da SADC, da CPLP e com os demais estados. Tanto que, o poder hegemônico da economia angolana, passa justamente por este processo de cooperação a nível da economia, da política, da

diplomacia e da cultura com os demais países do universo. A realidade da política externa angolana joga-lhe para às cooperações e às negociações internacionais nos seus mais variados setores do seu interesse para fazer jus a economia mundial e ao acúmulo do capitalismo sustentado pelo fluxo do poder hegemônico da economia dos seus atores.

Pois o poder da soberania econômica da república angolana é hoje mantida a partir de uma visão estratégica de Estado, uma visão inteligente sobre os seus interesses na cooperação internacional e na negociação dos seus pactos com os demais países de modo a criar um estoque de sustentabilidade para o alcance do desenvolvimento social.

Entretanto, este desenvolvimento passa pelo poder político que para Fiori (2009, p. 161) “o poder político é fluxo, mais do que estoque. Para existir, precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente” de modo a exercer sobre a economia o seu poder estratégico, analítico e político sobre a economia mundial. Pois, é dentro destas potências emergentes, que se exige examinar a lógica das relações de poder que constituem o único modelo disponível para fazer jus a economia política internacional e mover a economia mundial com os padrões mínimos de eficiência dentro dos Estados cooperantes.

Assim, cabe ao Estado a responsabilidade de orientar e traçar políticas economicamente satisfatórias e prudentes que visam projetar os “inputs” e os “outputs” dos seus interesses para manter a hegemonia e a posição internacional da economia mundial nos mais variados setores competitivos do mercado internacional a nível dos países cooperantes ou negociantes, colocando sempre em jogo o poder de aquisição do capital econômico e acumulativo entre os países que já cooperam e o estudo dos novos mercados para comprar e negociar os seus interesses. E é neste sentido que Pedro (2014, p. 6) sustenta que “estabelecer as prioridades permite desde logo, definir os princípios que sustentam a negociação” entre as partes, buscando sempre de forma objetiva ou subjetiva, maximizar os seus ganhos e prever os demais aspectos da negociação internacional e/ou cooperação internacional. Tanto é que “os Estados buscam maximizar o ganho, reduzindo as perdas; buscam otimizar suas políticas, posições e interesses diante do constante choque de interesses das relações internacionais” (CASTRO, 2012, p. 428). Para se impor a estes choques de interesses e de visões econômicas nas relações internacionais, é no entanto importante salientar que, “(...) os Estados, por meio do aprendizado dos inputs e output, interpretam a realidade internacional projetando seus interesses” para o poder hegemônico na economia mundial (CASTRO, 2012, p. 428).

Entretanto, a República de Angola, a partir da sua realidade e através da sua política externa econômica firma no mercado internacional, e sobretudo da SADC e CPLP a sua posição e a sua hegemonia econômica partindo do fluxo político econômico orientado para um marketing global que alcance a excelência do desenvolvimento social e econômico do país a partir dos interesses, dos ganhos e do poder soberano sobre o mercado mundial. Pois é este poder soberano que garante a manutenção do poder acumulativo de bens e lucros a nível da cooperação e dos acordos ou negociações internacionais entre os países, guiando os seus interesses influentes sobre os demais países do seu interesse, controlando a sua expansão econômica, social e política no mercado mundial.

Assim, “todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, propondo-se em última instância a conquista de um poder cada vez mais global, até onde alcancem seus recursos e suas possibilidades e, independente de quem os controle”, no seu complexo processo de expansão de rede de interesses e dos seus mais “distintos momentos da sua própria expansão” (Fiori, 2009, 163).

O poder da soberania econômica mantida a partir da visão inteligente sobre os seus interesses na cooperação internacional, nos pactos dos acordos ou negociações internacionais permitem-nos analisar as crises da economia mundial e os percursos da economia no processo acumulativo de bens para a hegemonia global das partes acordantes ou negociantes, o que leva Dupas (2005, p. 1) a sustentar que “analisar o longo caminho

percorrido pelo capitalismo até o que hoje se designa economia global é investigar as suas crises,” e no entanto, é isso que Angola faz para ultrapassar a crise atual provocada pela queda do barril de petróleo por exemplo e a luta pela diversificação da economia. É a partir da investigação dessas crises económicas que o Estado orienta a sua política externa global, trilhando os desafios impostos pela dinâmica económica mundial da produtividade e do desenvolvimento social e económico das burguesias estatais.

Tanto que há nestas análises “a necessidade de expandir constantemente o mercado para que os seus produtos impulsionem a burguesia em toda a superfície da terra. Ela precisa criar abrigos em toda parte, estabelecer-se em todos os lugares, firmar conexões em todo mundo” (DUPAS, 2005, p. 1). Porém, esta necessidade de expandir o mercado impulsionado pelas conexões do mercado mundial e das negociações ou acordos internacionais, passa pelo incentivo dos seus atores internacionais. Pois “os atores internacionais são os entes que exercem, influenciam ou moldam direta ou indiretamente, o cenário internacional por meio da interação de inputs e autputs” (CASTRO, 2012, p. 428).

Entretanto, Angola para fazer jus aos seus interesses de desenvolvimento social e económico, aos acordos e aos pactos ou negociações internacionais, faz o uso de três elementos fundamentais, os chamados atores internacionais que na visão de Castro (2012), consistem em atores estatais, atores não governamentais e atores individuais. Pois estes elementos permitem-nos definir a natureza complexa da cooperação ou negociação internacional, bem como a identificar a partir destes, os seus agentes ou atores, seus objetivos, e as tendências processuais na esfera das relações internacionais construídas no âmbito da hegemonia económica e da cooperação internacional existente entre os mais variados países do universo para atingir os objetivos particulares de cada Estado.

Portanto, a luta pelo desenvolvimento social e económico do Estado angolano é contínua, e guiada sobretudo pelos seus interesses ao capitalismo, ao acúmulo de bens e serviços e pela hegemonia do seu poder político e económico a nível da economia global.

CONCLUSÕES

Contudo, a cooperação internacional angolana, é hoje conduzida para uma perspectiva da diversificação da economia fundamentada nos interesses do poder político local como estratégia de se impor e firmar pactos que influenciam o fluxo das negociações dos seus interesses e a expansão do seu poder hegemônico na economia global. Pois a construção deste poder global, e a sua imposição como condição de cooperação com os seus pares, deve trazer para os seus atores estatais, governamentais e individuais, benefícios para fazer jus as necessidades e as exigências do mercado e do capital hegemônico mundial.

Entretanto, é por meio destas exigências e necessidades que o poder político se impõe como fluxo, como estoque e como meio de acúmulo de bens e serviços que geram rendas e maximizam os lucros do mercado competitivo por um lado, e por outro se impõe como meio de análise capaz de produzir e reproduzir teorias das relações internacionais capazes de trazer para a esfera do Estado o poder hegemônico fundamentado no acúmulo do capital e no poder político da sua política externa.

Portanto, a expansão do mercado capital e a construção do fluxo político e económico no rol da economia política e do seu poder hegemônico, passa pelo incentivo dos seus atores internacionais e pelos seus interesses sociais para o alcance do desenvolvimento das estruturas políticas e geograficamente delimitada pela soberania política e económica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pelo dom da vida, a Unilab e a Funcap.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília; Fumag, 2012

DUPAS, Gilberto. Nova ordem global e a política: o espaço da periferia. In: Seminário internacional REGGEN: Alternativas Globalização (8 al 13 de outubro de 2005, Hotel Glória, Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2004. Disponible en la world wide web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp15.pdf>

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: EDIPRO, 2021.

FIORI, José Luís. O poder global é a nova geopolítica das nações. Crítica y Emancipación, (2): 157-183, primeiro semestre 2009

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas: 2010

PEDRO, Rita Sofia dos Reis. Negociação internacional e sua complexidade - relatório de estágio apresentado a faculdade de economia da universidade de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários a obtenção do grau de mestre Gestão. Coimbra, 2014